

CORREIO ECONÔMICO

Divulgação Loui Kiaer Cielz Unsplash



Categoria pede isonomia e transparência ao Cade

Assessores de investimentos querem alterar norma da CVM

Uma análise dos efeitos concorrenciais da instrução CVM 179, com entrada em vigor em novembro próximo. Essa é o objetivo do ofício encaminhado pela Associação Brasileira dos Assessores de Investimentos (Abai) ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sob o argumento de que a norma poderá criar desequilíbrio entre os agentes do mercado.

No centro da polêmica, a instrução, também conhecida como 'resolução da transparência', determina que intermediários do mercado de valores mobiliários divulguem aos seus clientes suas remunerações e potenciais conflitos de interesse. Embora a norma não inclua dados sobre produtos tradicionais, como o CDB, que podem permitir distorções de mercado.

Transparência

Por maior 'transparência', o presidente da Abai, Diego Ramiro prega um conhecimento sobre a estrutura de remuneração por todos que atuam na intermediação financeira, do assessor ao gerente de banco, que ofereça igualdade de condições a todos os participantes".

Caráter consultivo

Ramiro acentua que, "se tivermos um parecer favorável do CADE, dizendo que realmente há uma discrepância nociva, teremos mais um subsídio para que o Banco Central se manifeste sobre o tema", mesmo admitindo o caráter consultivo, não regulatório, do conselho.



Portal Gov

Conquista de novos mercados garante recorde do Agro

Exportações do Agro batem novo recorde em setembro

Impulsionadas, sobretudo, pela expansão do volume exportado, as exportações do Agro nacional exibiram avanço de 3,6% em setembro, no comparativo anual, montante recorde de US\$ 14,19 bilhões.

As informações são da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária (SCRI/Mapa), ao

destacar o desempenho da soja, carnes, complexo sucroalcooleiro, produtos florestais, cereais, farinhas e preparações, além do café, que somaram 84,6% da pauta exportadora do agronegócio tupiniquim. Só o complexo sucroalcooleiro respondeu por exportações de US\$ 1,92 bilhão, alta anual de 6,4%.

Abertura

Ao atribuir o resultado à abertura recente de mercados aos produtos brasileiros, o titular da SCRI, Luís Rua, destacou: "Quando abrimos mercados para uma cadeia produtiva que não exporta muito, criamos novas oportunidades e impulsionamos negócios".

Maior valor

Na exportação de carnes, coube destaque ao setor bovino, com o maior valor exportado (US\$ 1,25 bilhão), uma alta anual de 28,2%.

Já as exportações de carne bovina in natura bateram outro recorde (+29,1%) com 251,76 mil toneladas (+29,1%).

Ritmo lento

Enquanto o Agro comemora a conquista de mercados externos, a soja enfrenta entraves de plantio, cujo ritmo lento para o biênio 2024/25 vem 'travando' o avanço de novos negócios. Na Bolsa de Chicago, os contratos da oleaginosa tiveram perdas entre 9,25 e 12 pontos.

Confirmação

As incertezas do plantio da soja decorre das previsões de melhoria do clima no país, com possibilidade de boas chuvas nas regiões produtoras da área central do país, onde os trabalhos de campo estão atrasados. Cabe aos traders concluir se as precipitações se confirmarão.

Execução fiscal 'imprevisível' compromete o futuro do país

Para executivo do Banco Mercantil, "incertezas inibem investimentos"

Por Marcello Sigwalt

"O país precisa de uma âncora fiscal, que nos permita contar com um grau de previsibilidade maior [no que toca ao ritmo de expansão das despesas públicas], o que é especialmente importante quando olhamos para dívida pública [já próxima de 80% do PIB (Produto Interno Bruto)]. Deste modo, a maior preocupação é com a [falta] de previsibilidade da execução fiscal do governo".

A análise direta e precisa partiu do CFO do Banco Mercantil, Paulino Rodrigues, para quem, em que pese o aspecto positivo do crescimento econômico, os juros altos e as incertezas fiscais "inibem investimentos e afetam expectativas do mercado e dos empresários".

Ante à expansão de 3% do PIB este ano – pelo avanço da renda, dos salários, benefícios previdenciários, trabalhistas e assistenciais – Rodrigues pondera que o nível de atividade está atrelada ao aumento dos gastos públicos e às expectativas de inflação, sem contar a



Divulgação Pexels

Imprevisibilidade fiscal deve continuar comprometendo investimentos e o crescimento

proporção de endividamento com a geração de riquezas.

Para o executivo, a questão fiscal tem impedido que se 'capture' as vantagens da queda dos juros ianques, o que deveria atrair capital estrangeiro ao mercado nacional, tendo em vista o diferencial de juros entre os dois países.

"O Brasil tem dificuldade

de capturar esse benefício diante do risco fiscal. O endereçamento dessas questões requer uma ação do Executivo e do Legislativo. Falar é fácil, mas executar nem tanto. Uma coordenação entre os dois Poderes pode nos ajudar nesse processo, contribuir para a redução dos juros e da inflação", completa o executivo.

Com base no cenário fiscal incerto, Rodrigues estima que o Banco Central (BC) deverá chegar ao fim deste ano com a Selic (taxa básica de juros) no patamar de 11,75%, que deve subir para 12,25% em 2025, a partir de quando este poderá ser reduzido um ponto percentual, até atingir 11,25%, em meados do ano que vem.

Meta demanda um 'aperto de cinto'

Fazendo coro à avaliação do executivo do Banco Mercantil, Paulino Rodrigues, há consenso entre economistas, de que a obtenção da meta fiscal, para algo próximo de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) à um corajoso 'aperto no cinto' dos gastos públicos, no tempo restante para o final do ano, a despeito dos ganhos recentes de arrecadação.

Enquanto o Santander calcula em mais de 50% a probabi-

lidade de o Executivo cumprir a meta, mediante um esforço fiscal de 0,2% do PIB, a Instituição Fiscal Independente (IFI) – vinculada ao Senado – projeta uma necessidade de superávit superior a R\$ 42 bilhões, no último trimestre do ano, para que tal objetivo seja alcançado, de modo que o déficit atinja R\$ 28,8 bilhões, limite aceito pela nova regra fiscal do arcabouço.

Em relatório publicado há duas semanas, embora tenha

apontado o risco de descumprimento da meta este ano, tendo em vista a deterioração fiscal, a diretora da IFI, Vilma da Conceição Pinto avalia ser factível atingir o limite inferior da meta em 2024. "A pressão ficou nos meses iniciais do ano. Vários fatores vão ajudar o perfil da despesa primária neste último trimestre, mas não necessariamente por mudança estrutural das despesas".

Segundo Vilma, o cenário

para 2025 impõe desafios, embora haja mais tempo para o 'ajuste de despesas'. "Lembrando que o governo tem trabalhado na agenda de avaliação de gastos de forma mais efetiva".

Como pontos positivos, analistas apontam a antecipação parcial de despesas no primeiro semestre (décimo-terceiro salário de aposentados), além da motivação política de dispor de recursos para 2026, ano de eleição presidencial. (M.S.)

Selic deve subir a 12,25% a.a. em 2025

Raphael Ribeiro - Banco Central

Por Marcello Sigwalt

A taxa básica de juros (Selic) deverá continuar em ascensão, pelo menos, até março do ano que vem, embora não seja necessário prosseguir no aperto monetário por mais algum tempo. A observação atenta é da ex-diretora do Banco Central e atual chefe de pesquisa econômica para a América Latina do BNP Paribas, Fernanda Guardado, para quem não haveria 'exagero' nas altas recentes das taxas de juros futuros, negociadas no mercado.

Ao comentar a recente elevação, em 0,25 ponto percentual (para 10,75% ao ano) da Selic, o BNP trabalha com o cenário de mais dois aumentos de meio ponto percentual na taxa básica de juros, para as duas últimas reuniões do ano, seguidos por mais duas elevações, em janeiro e março do ano que vem, até o patamar de



Ex-diretora do BC prevê 'escalada' da Selic até meados de 2025

12,25% ao ano.

Na avaliação de Fernanda, "acho que o Banco Central vai precisar esperar até março pelo menos para começar a ver números que tragam maior conforto para terminar o ciclo de juros", ao admitir que o começo de 2025 deverá exibir

um 'cenário de inflação ainda bastante pressionada'. "Sempre enxergamos o risco de eles precisarem ir além, ou com mais 50 possivelmente em janeiro, ou entregando mais aumentos de 25 nos meses subsequentes. Vai depender muito de como os dados vão estar saindo no

primeiro trimestre de 2025", afirmou. Entre os riscos a serem enfrentados pelo BC, a ex-diretora da autarquia ressalta, como 'ponto de atenção' o mercado de trabalho forte e do aumento da renda, o que estimula a inflação de serviços.

Fernanda comenta que "observamos que a inflação de serviços não tem diminuído, parece que ela atingiu um platô e ali ficou, em torno de 5%. Então, eu acho que esse foi um dos fatores que levou a essa decisão do Banco Central de voltar a subir juros, sem dúvida". Neste aspecto, o BNP estimou uma inflação de 4,7% para 2023 e de 4% em 2025, 'encostando' no teto da meta, de 4,5%.

Em discordância com Haddad e Campos Neto (haveria exagero nos prêmios de risco na parte longa da curva de juros futuros), a executiva "é um reflexo de incertezas pela sustentabilidade da dívida pública".

Dia das Crianças injetará R\$ 9,35 bi

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) deve registrar para o Dia das Crianças, que se comemora hoje (12), movimentação financeira de R\$ 9,35 bilhões.

A expectativa é que o varejo apresente avanço de 2,6% em relação ao ano passado. Em termos de volume de vendas, a data é considerada o terceiro evento mais relevante do calendário do varejo nacional,

ficando atrás apenas do Natal e do Dia das Mães em termos de faturamento.

A perspectiva favorável para a data se baseia em condições de consumo mais favoráveis do que um ano atrás, menos por conta dos juros e da inflação e mais em virtude do mercado de trabalho.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do IBGE, no trimestre encerrado

em agosto de 2024 a taxa de desemprego (6,8% da força total de trabalho) alcançou o menor patamar em mais de 10 anos. Além disso, a massa real de rendimentos - impactada pela valorização do salário-mínimo - acusou avanço real de 8,3% nos últimos 12 meses.

O segmento que reúne vestuário e calçados deverá se destacar na data deste ano, respondendo por 27% (R\$ 2,56 bilhões) do volume projetado,

seguido por eletroeletrônicos e brinquedos (25% ou R\$ 2,30 bilhões). Com movimentação esperada de R\$ 2,15 bilhões, perfumarias e farmácias devem ter o maior avanço (+6,0%) em relação ao ano passado.

Por regiões, os estados de São Paulo (R\$ 2,678 bilhões), Minas Gerais (R\$ 916 milhões) e Rio de Janeiro (R\$ 752 milhões) deverão responder por mais da metade (57%) do movimentado em 2024.